

O ENSINO DE LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO MUNICÍPIO DE BARREIRA-CE

TEACHING AFRO-BRAZILIAN LITERATURE: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR ANTI-RACIST EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF BARREIRA- CE

Valdenha Torres de Lima¹

Antonia Suele de Souza Alves Pereira²

Resumo

Este artigo analisa as contribuições do ensino de literatura afro-brasileira para a formação da identidade discente no contexto escolar. A pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira obras literárias de autoria negra, marcadas pela escrevivência e pela representação social e cultural da negritude, influenciam na construção do pertencimento e na valorização da identidade dos estudantes. Com esse objetivo, implementou-se um procedimento qualitativo, com análise exploratória, valendo-se de pesquisa bibliográfica, análise documental e coleta de dados, através de questionário com professores de Língua Portuguesa e Literatura da rede pública de Barreira - CE. A análise dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, possibilitando a identificação de eixos temáticos como resistência institucional, ausência de ações pedagógicas e atividades estratégicas que valorizem a aceitação da identidade negra. Os resultados revelam que, apesar do respaldo legal da Lei nº 10.639/2003 e de práticas docentes inovadoras, persistem barreiras institucionais que dificultam a efetiva integração da literatura afro-brasileira no currículo escolar. Conclui-se que o ensino dessa literatura representa um instrumento de empoderamento cultural e de combate ao racismo, desde que articulado a uma prática pedagógica crítica e comprometida com a equidade étnico-racial.

Palavras-chave: Ensino; Literatura Afro-Brasileira; negritude; pertencimento.

Abstract

This article analyzes the contributions of teaching Afro-Brazilian literature to the formation of student identity in the school context. The research aims to understand how literary works by black authors, marked by writing and the social and cultural representation of blackness, influence the construction of belonging and the valorization of students' identity. To this end, a qualitative procedure was implemented, with exploratory analysis, using bibliographic research, document analysis and data collection, through a questionnaire with Portuguese Language and Literature teachers from the public school system of Barreira - CE. Data analysis was performed using the content analysis technique, enabling the identification of thematic axes such as institutional resistance, lack of pedagogical actions and strategic activities that value the acceptance of black identity. The results reveal that, despite the legal support of Law No. 10.639/2003 and innovative teaching practices, structural barriers persist that hinder the

¹ Graduanda do curso de Letras- Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB);

² Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
Email: suele@unilab.edu.br.

effective integration of Afro-Brazilian literature into the school curriculum. It is concluded that teaching this literature represents an instrument of cultural empowerment and combating racism, as long as it is articulated with a critical pedagogical practice committed to ethnic-racial equity.

Keywords: Teaching; Afro-Brazilian Literature; blackness; belonging.

Introdução

Durante séculos de história a identidade negra foi sempre posta como subalternizada, vista a partir do olhar “colonizador” da sociedade branca e escravista, ceifou gerações e o reconhecimento de suas identidades e características culturais, como formas de punições políticas, sociais e educativas, cerceando a identidade e representatividade de um povo.

Neste percurso, propomos uma reflexão sobre o ensino da literatura afro-brasileira como uma ferramenta primordial para o aprimoramento da identidade e da representatividade na formação de jovens leitores. A literatura, como já defendia por Antônio Candido (2004), tem um papel profundamente humanizador, é por meio dela que o sujeito se percebe no mundo, reconhece suas dores, suas raízes, e encontra sentido na própria existência. Quando o estudante se vê representado nas páginas que lê, algo potente acontece: ele passa a compreender que sua história também importa, que sua voz tem valor, e que sua presença no espaço escolar não é uma concessão, mas uma garantia constitucional.

Ao longo de sua trajetória, a literatura brasileira tem acolhido vozes, histórias e afetos, mas também guardado silêncios que dizem muito sobre as marcas do racismo e da exclusão. Por décadas, mulheres e homens negros, autoras e autores afro-brasileiros, assim como sujeitos das periferias urbanas e rurais, foram empurrados para as margens dos espaços de criação, publicação e reconhecimento. Suas narrativas, muitas vezes potentes e profundamente enraizadas na realidade brasileira, foram silenciadas por estruturas sociais que legitimaram apenas as vozes do centro, do poder e do privilégio.

Esse apagamento não apenas limitou a riqueza da produção literária nacional, ele feriu a possibilidade de o país se ver inteiro. Reescrever essa história, portanto, não é apenas uma tarefa estética ou acadêmica: é um gesto ético de reparação, de resgate da memória coletiva e de afirmação de uma literatura que fale com todas as vozes que nos constituem. Os espaços ocupados pela literatura afro-brasileira têm se tornado instrumento de empoderamento no processo cultural de identidade.

Durante o desenvolvimento acadêmico do curso de Letras-Português tivemos a oportunidade de sermos apresentados a disciplina de Literatura afro-brasileira, ministrada pela professora Doutora Sueli Saraiva, naquele momento conhecemos de forma mais aprofundada as autoras afro-brasileiras, Conceição Evaristo, literata e participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra, com a obra *Olhos d'água*; Carolina Maria de Jesus, que registrava em seu diário a vida na favela do Canindé, localizada na cidade São Paulo, embora tenha sido silenciada por muito tempo, tornou-se uma das vozes mais influentes da literatura afro-

brasileira, abordamos sua criação *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (1960); e Maria Firmina dos Reis, que teve uma participação significativa no contexto literário, sendo reconhecida como a primeira autora negra de romance abolicionista, como exemplo citamos aqui a obra *Úrsula* (1859), que é tratada como um livro revolucionário para a época.

Durante o processo de desenvolvimento da disciplina e as múltiplas abordagens sobre ensino, aprendizagem e pertencimento da escrita literária negra, foi possível desenvolver práticas como educador para a formação de discentes leitores da literatura afro-brasileira, desse estudo surgiu o pretensão de escrever o trabalho de conclusão de curso na área de literatura, visando refletir sobre o pertencimento cultural afro-brasileiro abordado nos livros de literatura como fonte de memórias, lembranças e resistência de uma sociedade que reitera a forma velada o preconceito cultural, racial e literário.

Essa literatura contribui significativamente, para que haja o reconhecimento da identidade racial desses leitores em processo de formação, compreende-se que o ensino de literatura negra é educativo e busca transpor o preconceito e as atitudes discriminatórias da sociedade, através de práticas pedagógicas voltadas para o reconhecimento da negritude, enquanto personagem principal de sua própria história.

Tendo como referência a Lei nº 10.639/2003 que conduz o professor para incluir ensino de História e Cultura Afro-Brasileira como parte da grade curricular de educação básica, considerou-se necessário observar, como a literatura se apresenta como instrumento para o reconhecimento da identidade afro-brasileira, e refletir acerca dos espaços das representações no processo histórico de identidade e formação cidadã.

Este trabalho tem como objetivo geral buscar compreender como as obras literárias afro-brasileiras, profundamente marcadas pela escrevivência e pelos recortes sociais e culturais da negritude, podem, por meio da leitura e de práticas pedagógicas conscientes, contribuir para o fortalecimento do reconhecimento e da representatividade dos estudantes negros nas escolas.

De forma mais específica, busca-se: (1) investigar como essas produções literárias podem se constituir como ferramentas na construção da identidade discente; (2) analisar as estratégias utilizadas por educadores no incentivo à leitura e na abordagem das desigualdades étnicas em aulas de literatura; e (3) refletir sobre o papel da literatura como caminho formativo e atuante no desenvolvimento do sujeito leitor.

O ensino literário voltado para o desenvolvimento cultural, social e político, torna-se eficaz e necessário no ambiente escolar fomentando debates sobre racismo e preconceito estrutural, levando-os à formação da identidade através do lugar de fala que cada obra literária representa.

Considerando esse contexto histórico literário abordado nas obras durante esse período de construção da identidade e valorização da representatividade e pertencimento do negro em sociedade e na perspectiva de atender ao viés apresentado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), baseada na Lei nº 10.636/2003, Art. 26 – A incentiva o ensino de história e cultura no ensino básico, percebe-se que a inclusão da literatura afro-brasileira nas escolas se torna fundamental para promover uma educação plural e capaz de desconstruir estereótipos, valorizar a cultura negra e formar cidadãos mais conscientes e respeitosos diante das diversidades.

Para que tais objetivos se tornem objeto de pesquisa e para que possamos compreender como o uso e aplicação da leitura literária apresenta significativo papel nessa construção da identidade, citamos Luciane Maria Nicolau Anghinoni que afirma:

[...]devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-lo, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (ANGHINONT, 2014.p.10)

É dessa maneira que, para contemplarmos os objetivos, utilizamos métodos como análises bibliográficas, para embasar a importância do letramento, e nessa perspectiva, a utilização de algumas teorias, tanto sobre o letramento literário, como a abordagem de literaturas de origem afro-brasileira, como fonte de memória e identidade de pertencimento e representatividade do negro no contexto literário, para embasar abordamos autores como Rildo Cosson (2014; 2021), Bell hooks (1996) e Conceição Evaristo (2014) que foram imprescindíveis para fundamentar a presente pesquisa, assim como as metodologias exploratórias aplicadas durante o processo de coleta de dados.

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, nos propusemos a analisar fontes documentais, como a BNCC e Lei nº 10.639/2003, como método inicial para fundamentação do papel literário em ambientes de aprendizado, como caminho formativo na sala de aula, também desenvolvemos a exploração das fontes bibliográficas, entendendo que os textos literários afro-brasileiros, escritos por autores negros, tais como Conceição Evaristo, Bell hooks, Carolina Maria de Jesus, promovem o reconhecimento e estimulam o processo de pertencimento através da escrita, e da leitura de obras afro-brasileira, como estratégia para reconhecer e analisar o real desenvolvimento desse movimento didático, aplicamos o questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, considerando as estratégias

realizadas no ambiente escolar segundo a aplicação da lei 10.639/03 visando promover o reconhecimento e pertencimento diante das obras literárias afro-brasileiras.

Este trabalho foi estruturado em quatro seções, cada uma pensada com cuidado para contribuir de forma significativa à reflexão que propomos. Na primeira seção, situamos o leitor no universo da pesquisa, apresentando o tema, a problemática, os objetivos e as hipóteses que orientam nosso percurso investigativo. Já na segunda seção, mergulhamos no campo das políticas públicas educacionais, com ênfase nas legislações que fundamentam o ensino da literatura afro-brasileira nas escolas. Mais do que normas, essas leis representam conquistas históricas e instrumentos de valorização das identidades negras, especialmente a Lei nº 10.639/2003, que marca um compromisso legal e ético na construção de uma cultura educacional antirracista e plural.

A terceira seção se dedica à análise da literatura afro-brasileira como local de valorização da identidade negra, com atenção especial ao subtópico que discute a representatividade nos ambientes escolares, tema que atravessa, de forma sensível e crítica, a vivência de tantos(as) educandos(as).

Considerando que o fato de desenvolver questionamentos a partir de leituras afro-brasileiras e em espaços sociais e escolares, antes eram dominados pela construção literária escravagista, onde negros não tinham o direito de se reconhecer como tal, e eram silenciados pela conjuntura social, nos desperta o dever de criar espaços para abordagens de reconhecimento e pertencimento.

A quarta seção volta-se à formação do discente leitor a partir da literatura afro-brasileira, compreendendo-a como um espaço de pertencimento, reconhecimento e afirmação identitária. Por meio de aportes teóricos e reflexões pedagógicas, discutimos o processo de construção e amadurecimento do leitor negro, entendendo que a leitura, quando conectada às experiências e vivências de quem a realiza, transforma-se em um gesto de resistência e reexistência.

Concluimos esta seção dando lugar às vozes que se fizeram ouvir por meio dos dados coletados ao longo da pesquisa. Vozes de professores e professoras, de sujeitos que vivem, pensam e sentem a escola em sua complexidade. Suas falas revelam, de forma contundente, o quanto é urgente criar e sustentar espaços, não apenas físicos, mas simbólicos e afetivos, onde a literatura afro-brasileira possa florescer. Esses espaços não se resumem a salas de leitura ou estantes específicas: são lugares de escuta ativa, de reconhecimento mútuo, de reconstrução de pertencimentos historicamente negados. Neles, a leitura deixa de ser um ato técnico e passa a ser um gesto político, amoroso e transformador. A literatura afro-brasileira, nesse cenário, não é acessório: é caminho. Caminho para uma educação que se quer antirracista, enraizada nas

vivências do seu povo, e comprometida com a dignidade de todas as vozes que a história tentou calar, mas que seguem escrevendo o presente com força e beleza.

2. Identidade e pertencimento: A resistência Cultural Afro- Brasileira na Educação.

A resistência cultural afro-brasileira constitui-se como um processo histórico, social e político, forjado desde o período colonial, em que homens e mulheres negros foram submetidos a violência física moral e cultural. Essa luta sempre se constituiu no processo histórico do povo negro como símbolo de identidade, valores e tradições. Mas esse processo não se deu de forma passiva, e os povos negros lutaram e continuam lutando incansavelmente para que sua identidade não seja cada vez mais apagada no processo de branqueamento social, cultural e literário.

A resistência cultural, portanto, não é apenas um ato de enfrentamento, mas também um processo de (re)afirmação identitária, de construção de pertencimento e de preservação da memória e dignidade do povo negro no Brasil. Diante dessa realidade, autores como Castro Alves, um expoente da história literária brasileira, abordaram a escravização a partir de uma perspectiva crítica e do a e pondo de vista real da negritude, “revelando” as desumanidades ocorridas durante o tráfico e a chegada dos africanos ao Brasil, da mesma forma, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, destacou-se não apenas como escritor, mas também como jurista, libertando centenas de negros e salvando pessoas da escravização. No campo contemporâneo destaca-se a escritora Conceição Evaristo (2017), que por meio da escrivência narra sobre a resistência de permanecer livre, reconhecer-se como negra em espaços majoritariamente brancos e refletir sobre enfrentamentos e resistências diárias, como forma de pertencimento e identidade.

Esse ato de resistir, não ficou apenas no passado. Ele se reinventa todos os dias, faz-se necessário, especialmente quando falamos dos desafios enfrentados no ambiente escolar. Por muito tempo, a escola operou como um lugar onde as histórias, as culturas e as contribuições dos povos negros foram negligenciadas, quando não, completamente negadas. Assim, a necessidade de repensar a escola como espaço de pertencimento se torna evidente e necessário, pois a educação deve ser entendida como uma prática da liberdade, capaz de promover consciência crítica, questionamento e transformação social. Nesse sentido, a pensadora bell hooks (2013), oferece reflexões fundamentais sobre a escola como espaço de pertencimento e liberdade, capaz de romper com as estruturas e conceitos opressores, e fortalecer a construção de identidades.

É nesse contexto que a escola assume um papel central na consolidação da identidade étnico-racial negra, principalmente quando se compromete com práticas pedagógicas antirracistas, que valorizem as culturas afro-brasileiras, para que esse caminho seja efetivamente percorrido, é preciso amparo legal. Nesse sentido, o Brasil avançou significativamente, quando promulgou a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

O ambiente escolar não deve ser apenas um espaço de transmissão de conteúdo, mas, sobretudo, um lugar onde os estudantes negros possam se reconhecer, fortalecer-se e desenvolver o sentimento de pertencimento às suas raízes. Compreendendo-se e fortalecendo-se enquanto sujeitos de uma história marcada por inúmeras contribuições à sociedade.

2.1 A resistência cultural afro-brasileira

A cultura negra sempre sofreu diante da supremacia social branca, no entanto, eventos na história, foram marcados pela dor negra, como o Apartheid e a Segregação racial ocorridos na África do Sul entre 1948 e 1994, esses fatos levaram o povo negro a lutarem e abrirem espaços diante da sociedade em busca da integração racial, o desenvolvimento de oposição e militância contra a desigualdade social.

Em decorrência de “episódios sociais” racistas recorrentes, e as graves injustiças da dominação branca, despertou-se a consciência crítica, desencadeando lutas sociais, culturais e principalmente literárias, buscando encorajar a luta antirracista como forma de pertencimento, aceitação e o reconhecimento do seu povo, através de suas origens, embora essa seja uma luta árdua e constante, não acredita-se que tais feitos dentro do contexto social levaria ao fim o preconceito social e racial, mas buscar, suas diferenças e principalmente a valorização cultural e a visão de homogeneidade cultural, traz questões sociais que perpassam séculos de história, mesmo com o ‘fim da escravização’ o povo negro ainda não é aceito como protagonista de sua história, mas como mero personagem.

Essa busca pela identidade negra, ocorre segundo o processo decorrente de sua formação em construção com o meio, e com o outro em diferentes contextos e espaços, estes devem ser fonte de reconhecimento e pertencimento racial, social e literário. Para Silva (2002),

Um dos elementos mais importantes no processo de constituição social do sujeito é a identidade. Ela não é inata, se constrói em determinado contexto histórica e cultural,

e está relacionado aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, aos usos sociais das formas de reconhecimento e aos processos culturais de construção de representações simbólicas (SILVA, 2002, p.60).

Nesse contexto, é necessário voltar ao passado e rememorar um processo mais específico, fazer um recorte na história do negro, ‘traído’ forçadamente de sua terra natal, África, que durante o processo de escravização sofreu com as consequências do período colonial impostos sobre a vida dos negros e como esse processo interferiu na identidade e aceitação social.

No decorrer do período de escravização, negros, homens, mulheres e crianças, eram severamente arrancados de suas origens e transportados de forma insalubre e violenta em porões de navios negreiros, traficados para o Brasil com a proposta de desenvolver mão-de-obra barata para senhores de engenho, essas pessoas passaram por situações cruéis e indignas que nenhum ser humano deveria vivenciar, ferindo-lhes muito mais que a pele, mas dilacerando a alma, como descreveu Castro Alves em Navio Negreiro, onde o poeta traduz sua visão a partir da embarcação, ele assim descreve.

Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia
E chora e dança ali!
Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri! (1983)

Esses, antes livres, agora aprisionados, maltratados e em situações desumanas, aqueles que por ventura sobrevivessem fariam parte de um processo escravagista imposto pela sociedade brasileira, composta pelos senhores feudais e suas senzalas, marcadas pelo sangue do povo negro na sua forma mais dura de resistir e defender sua história, cultura e identidade, e construiu -se a ideia de inferioridade e submissão do povo negro.

No entanto, após a abolição da escravatura, em 1888 os negros continuaram sendo a base da pirâmide trabalhista, agora sem açoites na carne, sofriam o descaso social e o preconceito racial tão marcado no Brasil, já que, nesse período, no país, não foram implementadas políticas públicas, que os inserissem na sociedade de forma digna, políticas essenciais, como o processo de escolarização, formação digna para a mão-de-obra remunerada e/ou doação de terras para o cultivo e sobrevivência, em terras brasileiras, o que houve foi uma marginalização social, em trabalhos, muitas vezes vistos como inapropriados para os brancos,

mal remunerados, e muitos em busca de aceitação por parte da sociedade, acabavam concebendo o homem branco como sinônimo de identidade cultural.

O racismo sistêmico é historicamente consolidado e baseado na ideia de superioridade branca e a consequente inferiorização da população negra. O racismo, durante séculos, foi abordado pela sociedade apenas como uma teoria, o que os levaram a garantir a ideologia de superioridade branca, implicando assim, na exclusão do negro diante da sociedade, esse racismo concebido de forma individualizada pela sociedade, leva o negro a ser inserido em uma sociedade a qual estar ligado a branquitude, seria valorizado, dessa forma, conceitos como, cultura, estética, literatura e até mesmo religião de origem branca, passou a ser sinônimo de modelo a ser seguido, enquanto todas as características advindas da negritude, passaram a ser vistas como feias, irracionais e inapropriadas a disposições sociais, desencadeando conceitos que fortaleciam o racismo e a desestruturação da identidade negra, frente a sociedade, proporcionando também o que denomina-se de preconceito, uma ação realizada de forma pré-concebida por um indivíduo, segundo estereótipos sobre certos grupos, o que os levam a serem discriminados. Segundo Silvio de Almeida o preconceito pode apresentar-se de forma individualizada ou coletivamente e deve ser combatido.

[...] é concebido como uma espécie de “patologia” ou normalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuindo a grupos isolados; ou ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis- indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2018, p.36)

Fortalecer a estereotipação, facilita as questões e ações usuais do preconceito, torna-os vulneráveis diante da sociedade, através de imagens depreciativas que mantem assegurada a sociedade “branca” o poder de imposição, inferiorizar e submeter negros a estereótipos negativos, cada um para atingir o ideal “impostos pela sociedade branca”, ou seja, ego branco para que ocorra a aceitação, impõe-se a negação de sua negritude, rejeitando a si, seus traços, sua cultura, seu processo de miscigenação, passa a ser um meio de diluir suas características negras, é negando a si buscando o ego inalcançável da branquitude, na tentativa de tornar-se branco, o negro vai perdendo a sua identidade.

A formação cultural brasileira é atravessada por uma riqueza incontestável, forjada em encontros, conflitos e apagamentos. As contribuições africanas tantas vezes negadas, invisibilizadas ou distorcidas pelas estruturas hegemônicas resistiram. Foram incorporadas, recriadas e mantidas vivas ao longo dos séculos, mesmo diante das violências do colonialismo,

da escravidão e do racismo estrutural. Os povos negros não apenas contribuíram: eles sustentam os alicerces da cultura brasileira. Na literatura, na música, na oralidade, nos rituais e nas práticas sociais, as presenças negras imprimiram sentidos, ritmos e memórias que nos constituem até hoje. Movimentos sociais, vozes insurgentes e autoras e autores negros, têm com coragem e persistência, denunciado as desigualdades e reivindicado a centralidade de um legado que nunca se apagou, apenas foi silenciado por quem não soube (ou não quis) escutá-lo. Valorizar este legado é mais do que reconhecer uma herança: é reafirmar o direito de existir plenamente na narrativa de um país que ainda caminha para se reconhecer inteiro.

2.2 O papel da escola na consolidação da identidade étnico-racial negra

A educação como prática da liberdade, como forma de identidade, reconhecimento, pertencimento a negritude e luta pela multiculturalidade, é um direito garantido no processo de ensino, onde cultura e literatura fazem parte do processo de aprendizagem para fortalecer o crescimento intelectual dos alunos, visando criar condições necessárias para que ocorra não apenas o processo de aprendizagem, mas o reconhecimento de quem são, no seu mais profundo íntimo.

A escola reflete os contextos sociais conflituosos existentes na sociedade, que solidificou-se como eurocêntrica, desprezando a identidade negra e sua importância sociocultural, gerações negras, tem nesses espaços, ensinamentos brancos e eurocêntricos fomentando uma formação que fere os seus direitos e sua identidade negra, em contrapartida espera-se que a família seja o primeiro espaço referencial de identidade negra, já que é no seio familiar onde muitas crianças se reconhecem, identificam-se e são motivadas a pertencer as suas raízes, mas é necessário que espaços como o ambiente escolar sejam promotores de cultura literária afro-brasileira, que integre e potencialize o reconhecimento da identidade negra como processo de formação multicultural.

Os currículos escolares produzidos a partir de leis que fundamentam a obrigatoriedade de aplicação do ensino de história e cultura afro-brasileira, podem contribuir para que esses espaços escolares sejam ambientes de identidade, acolhimento e pertencimento, assim destina-se aos educadores um papel fundamental nessa formação, pois eles podem contribuir de forma positiva, como afirma Bell hooks.

Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção. (hooks, 2013, p.25).

Ao longo da história educacional esses espaços foram utilizados para reproduzir conceitos sociais e padrões estéticos brancos, hoje professores podem quebrar esse paradigma ou modelo educacional. Hoje, esses docentes podem desenvolver atividades didáticas que transcendam a vontade de responder aos anseios de cada ser, único em seu processo de reconhecimento, pois ao serem inseridas no ambiente escolar essas crianças negras irão se deparar com culturas diferentes, que diferem de suas realidades e acabam sendo impostos no ambiente escolar, mas os impactos da homogeneidade cultural que tenta desviar a atenção dos impactos opressores, o silenciamento diante de atitudes discriminatórias e preconceituosas realizadas em sala de aula por parte de alguns, assim como a pouca utilização de materiais didáticos referenciando a cultura negra, oportunizam o apagamento do pertencimento a negritude.

Essas características sócio escolares fazem parte da estrutura racista brasileira contemplada em todos os ambientes sociais, também são percebidas na literatura, marcando a racialização que ocorre para evidenciar crianças negras por suas características raciais, como por exemplo ‘aquele moreninho’, termo comum para caracterizar uma criança negra, é também, possível encontrar em obras de autores como Monteiro Lobato que já foi referência na literatura infantil brasileira. O autor traz em sua obra *Sítio do pica-pau amarelo* trechos racistas como:

“Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida...” (LOBATO, 2019, p. 37-38)

O escritor não escondia seus pensamentos racistas e desejos eugenistas diante da miscigenação que existe no Brasil, marcados em frases racistas, textos como os de Monteiro Lobato são vistos nos espaços educacionais, as reflexões sobre os contextos literários e suas reproduções estruturalmente racistas e de estereótipos de raça a partir de textos/personagens excluídos socialmente, fomentam o apagamento e o silenciamento de vozes negras, que constantemente são mostrados como subserviente em todos os contextos, na perspectiva predominantemente branca, embora surjam novos processos de escrita, buscando contrapor esses apagamentos, os espaços literários ainda são excludentes, majoritariamente branco e reproduzem estereótipos de raça na literatura, com ações racistas veladas, reproduzindo o apagamento e o silenciamento da cultura negra.

Esse racismo literário continuará a existir em todos os espaços, sempre haverá uma crise na identidade negra, gerações de crianças enfrentarão esse processo de baixa autoestima, o não pertencimento e o silenciamento de sua negritude, são essas questões que tornam a escrita de autoria negra feminina na literatura afro-brasileira fundamental, com intuito de fortalecer o

sentimento de pertença nos espaços escolares, sobre esse fortalecimento da literatura afro-brasileira nos espaços de aprendizagem, com a participação efetiva dos professores que acreditam na importância de fortalecer a origem do povo negro através da literatura, hooks afirma que: “Os alunos estão ansiosos para derrubar os obstáculos ao saber. Estão dispostos a se render ao maravilhamento de aprender e reaprender novas maneiras de conhecer que vão contra a corrente,” (HOOKS, 2018, p.23)

A multiculturalidade pode transformar o processo de ensino, reconhecendo a heterogeneidade não apenas na escrita literária, mas nos espaços que fomentam a construção da identidade de cada indivíduo, esses espaços começam a ser transformados pelas escritas literárias negras, embora a literatura ainda seja relativamente reservada a um público seletivo, que é fruto da sociedade que ancorava o preconceito e a desigualdade social, nesse sentido a escola será um espaço para fomentar a formação da identidade dos alunos através da leitura.

2.3 Leis que fundamentam o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas

Conforme a Constituição Federal, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, art. 205). Assim, direito à escola é estabelecido no país, e todas as crianças passam a ter direito garantido. No entanto, ter acesso garantido à escola, não significava que as instituições escolares estivessem preparadas para oferecer espaços que encorajassem e proporcionassem pertencimento através de práticas pedagógicas. Sabemos que, com essa realidade, muitos obstáculos e desafios surgiram para serem superados, como a questão da diversidade brasileira no ambiente escolar, pois havia agora a necessidade de modificar um currículo excludente e tradicional.

A luta por políticas públicas para a população, percorreu caminhos longos no processo histórico da evolução social voltada ao povo negro, que sofreu com a escravização e a precária condição da reintegração ao meio social, e em busca de seus direitos a comunidade afrodescendente uniu-se em movimentos e lutas pela inserção de políticas públicas, agora estabelecidas por lei.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados pelo Censo de 2022 a maior parte da população brasileira declarou-se parda (45,3%), enquanto a população negra compõe apenas 10,2% da população brasileira (IBGE, 2022), destaca-se nesse contexto a negação a suas raízes negras e/ou a etnização que ultrapassa

gerações, no entanto, os negros, fruto da colonização, continuam lutando pelo reconhecimento, pertencimento, respeito e inclusão nas políticas públicas que combatam o racismo e o preconceito, e que apresentem materiais que fomentem uma educação antirracista, tornando-se evidente a necessidade do ensino de literatura afro-brasileira e africana nas escolas.

Para hooks ser professor é ter coragem de evoluir, é viabilizar processos que mudem não apenas materiais didáticos, mas que possam realizar transformações imensuráveis no processo de pertencimento da raça.

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (hooks, 2013, p.36.)

A população afro-brasileira, tomada de sua negritude, vivendo sua história e culturas, fortalece a luta de classes, conquistando mudanças significativas na luta pelos direitos étnicos raciais.

Na Constituição Federal de 1988, é possível encontrar artigos que afirmam a importância da valorização, da diversidade cultural e da resistência a todos os tipos de discriminação e preconceito racial, sabe-se que essa é uma questão permanente, e presente no currículo escolar, porém apresenta-se, a partir da valorização da branquitude, logo, muitos sofreram com a tentativa de branqueamento social e também histórico-literário levado aos espaços escolares, passando por críticas e silenciamentos, diante da luta da segregação racial, instituições, projetos e professores lutaram pelos direitos e deveres que o estado devia ao povo afro-brasileiro, assim, diante de tantas lutas originou-se a Lei de número 4.024/61, que passava então a condenar tratamentos desiguais e atitudes preconceituosas de classes e de raça.

Embora a LDB tenha sido instituída, os espaços escolares compostos por crianças negras e alguns professores negros, ainda eram frutos de uma ideologia que reafirmavam uma construção social branca, esses por sua vez não fizeram aplicação da LDB 4.024/61, embora algumas escolas tenham tentado aplicar não foi o suficiente para desenvolver uma educação inclusiva.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a busca pelo processo de ensino sobre as diferenças étnico-raciais ganhou força e visibilidade, essa luta conquistou o desenvolvimento e a aprovação da Lei nº 10.639/2003 que estabelece segundo o artigo 26 –A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL,2003). Essa lei impulsionou significativamente o sistema de ensino brasileiro, o documento estabeleceu

práticas a serem adotadas pelos currículos educacionais, visando a desconstrução de práticas racistas veladas e preconceituosas na comunidade escolar, assim, práticas baseadas na branquitude literária passaram a ser debatidas, questionadas e reavaliadas nesse contexto.

Essa por sua vez altera a própria LDB e assim institui como obrigatória a formação em história e saberes africanos e afro-brasileira em todo o currículo escolar, em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, com destaque para as disciplinas de Arte, História e Literatura.

É nesse contexto, onde questões críticas relacionadas à sociedade branca, começaram a dar espaço a questões sociais, que impactam a vida da comunidade negra, embora ainda sejam desconsideradas e desprezadas pela sociedade autodeclarada branca, que menospreza o indivíduo fora do encaixe social.

Assim, percebeu-se que a lei nº 10.639/03 que foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 09 de janeiro de 2003, é um marco na história educacional e referência em significativas mudanças no processo de ensino aprendizagem da história e cultura afro-brasileira, abrindo espaços para desenvolver a literatura antirracista.

2.4 A representatividade negra nos ambientes escolares

A dinâmica de instauração de confiança e reconhecimento da identidade negra que se desenvolve na esfera individual, também emerge, devidamente transformada, no convívio escolar através dos contextos literários de reconhecimentos das raízes africanas. A questão da representatividade negra nesses espaços transcende a mera presença numérica de estudantes, professores e funcionários negros. Ela engloba a visibilidade, o reconhecimento, a valorização e a inclusão das identidades, histórias, culturas e perspectivas afro-brasileiras em todas as camadas e dimensões do ambiente educacional, sobretudo no contexto literário, onde a ausência ou a sub-representação negra nesses espaços não apenas perpetua desigualdades históricas, mas também impacta negativamente no reconhecimento da negritude.

Ao longo da história, a educação brasileira foi profundamente influenciada pelos legados da escravidão e por ideologias de branqueamento, negligenciou e, por vezes, silenciou as influências da população negra para a construção da nação. Essa omissão se manifesta na escassez de currículos que tragam a contribuição da população negra no desenvolvimento da história, de forma evidente, aprofundada e não preconceituosa, embora existam autores negros que podem ser considerados os pioneiros na inclusão do protagonismo negro na literatura, tais

como Luiz Gama, Cruz e Sousa e Lima Barreto, há uma negligência no processo de desenvolvimento da identidade afro-brasileira nos espaços escolares através da literatura.

Autores como Luiz Gonzaga Pinto (1830-1882) poeta, advogado e jornalista, e um dos maiores nomes representativos do romantismo brasileiro, embora tenha sido filho de uma negra liberta e de um fidalgo português, cujo nome o autor nunca tenha revelado, passou por situações tais como a venda como escravo pelo próprio pai, para pagar uma dívida, em uma feira de escravos, mas jamais permitiu o processo de branqueamento em sua vida, considerado uma das maiores referências negras no contexto de lutas pela liberdade e representatividade em espaços considerados brancos, Luiz Gama, tomou para si a responsabilidade abolicionista e o pertencimento necessário para lutar pelos direitos dos menos favorecidos, no entanto, ao tornar-se advogado foi um dos maiores defensores da causa antirracista e antiescravista da época, seus textos trazem reconhecimento, pertencimento e protagonismo libertador para o processo de reconhecimento da identidade negra.

Em meados de 1860, o jurista autodidata Luiz Gama desenvolvia atividades advocatícias defendendo casos de escravizações ilegais, e determinava claramente sobre sua profissão que “Eu advogo de graça, por dedicação sincera à causa dos desgraçados; não pretendo lucros, não temo represálias”. (*Correio Paulistano*, 20 de nov. de 1869). Segundo consta, Gama teria sido o responsável direto pela liberdade de aproximadamente quinhentos escravizados.

Luiz Gama, representa o fortalecimento da identidade negra e autoestima, também conhecida atualmente como consciência negra, pois em seu processo literário, criou textos, defesas jurídicas e poemas, expondo o que viveu e factualmente sentiu na pele, seus textos remetem a aceitação do preconceito, como condição para entender quais lutas existiam, eram necessárias e possíveis, afim de buscar a liberdade não apenas física, mas literária, identificou-se como negro, e como tal reconheceu a necessidade de lutar por seus espaços e reconhecimento.

Os estereótipos e preconceitos, arraigados na sociedade de visão eurocêntrica, que de forma histórica marginalizaram a população negra, dá espaço a reparações, quando a camada social negra, considerada minoritária, quebra as tipificações preconceituosas e desafia a história, através da inserção obrigatória da cultura afro-brasileira no ensino público e privado

garantido pela Lei nº 10.639/2003, um passo importante para corrigir as injustiças sofridas durante a escravização.

Com a inclusão da disciplina história e cultura afro-brasileira fornece meios para o desenvolvimento do senso de pertencimento e a identidade de estudantes negros que encontram em leituras de autores negros a representatividade histórica através de suas contribuições literárias, através das diversas manifestações culturais e a história da resistência ao racismo, que é essencial para a surgimento de uma sociedade mais honesta e igualitária.

Essa sociedade mais justa, que compreende como as obras literárias afro-brasileiras, marcadas pela escrevivência, dores e resistências, buscam seu espaço nos ambientes educacionais, através de recortes sociais reais, que fortaleçam o processo de pertencimento e reconhecimento da negritude, tornam-se necessários e urgentes, que sejam trabalhadas em sala, através de estratégias didáticas que instiguem o respeito e o processo educacional formativo.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em procedimentos bibliográficos, documentais e de campo. A investigação tem como propósito compreender as contribuições da literatura afro-brasileira para a formação identitária de estudantes da educação básica, com base na experiência de docentes de Língua Portuguesa e Literatura da rede pública de ensino. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do estudo, voltada à análise das práticas pedagógicas e representações construídas no cotidiano escolar, considerando o contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos.

Em conformidade com o ensinamento de Denzin e Lincoln (2006), a abordagem qualitativa caracteriza-se por buscar os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências, inseridas em contextos naturais. Essa abordagem é especialmente relevante para a investigação de práticas sociais e educativas, pois permite a compreensão profunda dos fenômenos em sua complexidade situacional.

O delineamento exploratório foi adotado por se tratar de um tema ainda insuficientemente investigado em sua dimensão prática, especialmente no que diz respeito à efetiva incorporação da literatura afro-brasileira nas propostas pedagógicas das escolas

públicas. Segundo Gil (2008), esse tipo de investigação visa proporcionar maior familiaridade com um problema, contribuindo para sua melhor compreensão e posterior aprofundamento.

Para o alcance de nossos objetivos de pesquisa, realizamos três procedimentos principais. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de autores que discutem o letramento literário e sua articulação com a formação crítica e identitária, como Rildo Cosson (2014; 2021), bem como contribuições da pedagogia crítica e da escrevivência, por meio das obras de bell hooks (2013; 2018) e Conceição Evaristo (2014). Essa fundamentação teórica serviu como base para a análise do papel da literatura enquanto instrumento de resistência, empoderamento e construção de pertencimento.

Em seguida, analisaram-se documentos legais e normativos que norteiam a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nas componentes curriculares, como Lei nº 10.639/2003 e BNCC. Essa análise buscou compreender como essas diretrizes têm sido interpretadas no cotidiano escolar e de que maneira podem, (ou não) contribuir para a valorização da diversidade étnico-racial nas práticas docentes.

Como parte do caminho metodológico que trilhamos nesta pesquisa, elaboramos e aplicamos um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, questionário em anexo, buscando depreender, a partir do conhecimento dos (as) professores (as), de que forma a literatura afro-brasileira tem sido (ou não) incorporada ao cotidiano escolar. O instrumento foi disponibilizado digitalmente e contou com a participação generosa de vinte docentes da rede pública, que se dispuseram, de forma voluntária e anônima, a partilhar vivências, inquietações e caminhos possíveis. Suas respostas não apenas iluminaram aspectos centrais da prática pedagógica, como também enriqueceram esta investigação com reflexões marcadas pelo compromisso com uma educação mais justa, plural e antirracista.

As questões abrangeram aspectos relacionados à inclusão de autores(as) negros(as) no currículo literário, às estratégias de ensino utilizadas, aos desafios enfrentados para a implementação de práticas antirracistas e às contribuições da literatura para a construção da identidade discente, nesse sentido desenvolvemos as seguintes questões; Quais autores e obras da literatura afro-brasileira você inclui no seu planejamento estratégico pedagógico? Quais estratégias você utiliza para promover a valorização da identidade de representatividade da cultura negra por meio da literatura? Como a literatura afro-brasileira contribui para uma educação antirracista nas suas aulas, quais estratégias são utilizadas?

A interpretação dos dados coletados foi realizada com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), o que possibilitou não apenas a sistematização das respostas,

inclusive o reconhecimento de padrões discursivos recorrentes entre os docentes participantes. Dentre as categorias que emergiram do material analisado, destacam-se: a ausência de representatividade de autores negros nos materiais didáticos, a resistência institucional à temática racial, a valorização da identidade e do pertencimento dos estudantes, além da literatura como estratégia de fortalecimento da negritude em sala de aula. A leitura dos dados, em constante diálogo com o referencial teórico adotado, permitiu compreender como essas práticas pedagógicas traduzem, tensionam ou ressignificam o ensino da literatura afro-brasileira na escola pública.

4. Resultados e Discussão

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa nos propomos analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei 10.639/2003 como fonte inicial de regulamentação para o ensino de História e Literatura afro – brasileira. Nessa análise fica evidente o quanto a educação brasileira tem buscado, ainda que com desafios, valorizar e reconhecer a história e a cultura afro-brasileira dentro das escolas. A BNCC apresenta em sua proposta a importância de uma educação que respeita a diversidade, promove os direitos humanos e incentiva práticas que ajudem a combater o racismo e a exclusão social. Nesse contexto, a Lei 10.639/2003 surge como um marco fundamental e necessário, ao tornar obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, especialmente nas disciplinas de História e Literatura, essa lei representa um passo importante e necessário para que a escola seja, de fato, um espaço de pertencimento, e que valorize a contribuição dos povos negros no desenvolvimento da nossa história.

A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado a professores de Língua Portuguesa e Literatura da rede pública evidenciou a complexidade do processo de inserção da literatura afro-brasileira nas práticas pedagógicas escolares. A partir da categorização temática das respostas, observou-se que os principais eixos emergentes foram: a ausência de representatividade no material didático, a resistência institucional, o papel da literatura na formação identitária e as estratégias de valorização da negritude.

Em relação à presença de autores(as) negros(as) nos currículos, uma parte significativa dos docentes relatou que, embora reconheça a importância da literatura afro-brasileira, ainda enfrenta dificuldades na implementação sistemática desse conteúdo, aqui exemplificamos com as seguintes respostas dos entrevistados: “Apenas escritores da literatura clássica, conforme

plano de aula” , “Infelizmente nenhum, levando em consideração que há essa falha no próprio material didático, e que acaba por não orientar a nós, docentes’. Muitos afirmaram que a ausência de obras representativas nos livros didáticos adotados pelas escolas compromete a efetividade das ações voltadas à diversidade étnico-racial.

A resistência institucional apareceu de forma recorrente nas respostas dos docentes e se revelou como um dos entraves mais desafiadores à efetivação do ensino da literatura afro-brasileira. Apesar do respaldo legal proporcionado pela Lei nº 10.639/2003, há professores que relataram a falta de apoio concreto por parte das gestões escolares ou das secretarias de educação, o que acaba por limitar iniciativas pedagógicas mais consistentes em torno da temática racial. Essa ausência de respaldo institucional evidencia não apenas um descaso administrativo, mas também a permanência de estruturas escolares marcadas por uma lógica eurocentrada, ainda pouco abertas à pluralidade cultural e à urgência de uma educação comprometida com a justiça racial.

Por outro lado, os professores que conseguem integrar a literatura afro-brasileira ao cotidiano escolar apontaram avanços significativos na percepção dos estudantes em relação à própria identidade. A presença de protagonistas negros, enredos que valorizam a ancestralidade africana e a escrita de autoria negra foram considerados recursos pedagógicos potentes para o fortalecimento do pertencimento étnico e da autoestima discente. Essa constatação dialoga com a concepção de letramento literário proposto por Cosson (2014), que defende a literatura como espaço de humanização e consciência crítica.

Entre as experiências compartilhadas pelos docentes, destacam-se práticas que buscam romper com a rigidez do currículo tradicional, como rodas de leitura com obras de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis, nas quais os estudantes se veem representados e provocados a refletir sobre suas histórias. Em alguns relatos, foi possível perceber o uso da produção textual como exercício de memória, partindo de vivências familiares e culturais dos próprios alunos. Houve ainda menção a debates sobre racismo e representatividade, sempre ancorados em trechos literários que instigam o diálogo entre passado e presente. Sobre como a literatura afro-brasileira contribui para uma educação antirracista nas suas aulas, e quais estratégias são utilizadas? Respondeu um dos entrevistados:

As obras afro-brasileiras, em sua maioria, nos impactam, nos fazem parar para refletir a mensagem por trás dos escritos, como no caso do conto “Maria”, de Conceição Evaristo ou até mesmo a obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. Então, comumente em minhas aulas, ao utilizar uma obra afro-brasileira, faço uma roda de conversa em que os estudantes serão convidados a falar o que entenderam da obra e qual mensagem ela quer nos passar. Normalmente aí já chegamos na questão do preconceito racial, para finalizar, gosto de trabalhar com a pesquisa, em que os

estudantes conhecerão um pouco mais sobre a vida do (a) escritor (a) e encontrarem as causas que são defendidas em suas obras e o contexto a qual estão inseridas. (Participante 1).

Tais práticas evidenciam o empenho de educadores comprometidos com uma pedagogia crítica, afetiva e insurgente, nos moldes do que propõe hooks (2013) ao conceber o ato de ensinar como gesto de resistência e transformação.

A escuta atenta dos dados nos coloca diante de uma tensão que ainda atravessa, de forma dolorosa e persistente, o cotidiano das escolas. Muitos(as) professores(as), com olhar sensível e consciência crítica, reconhecem na literatura afro-brasileira um caminho potente para a formação humana, para o pertencimento e para a valorização das identidades negras. No entanto, esse reconhecimento, por mais verdadeiro que seja, esbarra frequentemente em condições estruturais que limitam sua concretização na prática pedagógica. Os avanços existem, e devem ser celebrados, mas ainda são acompanhados de entraves antigos: ausência de formação continuada com recorte racial, escassez de materiais didáticos representativos, um cotidiano escolar engessado por rotinas burocráticas e um currículo que, muitas vezes, insiste em ignorar as vozes e os corpos negros. Diante disso, não basta recomendar a presença dessa literatura, é preciso garanti-la. É preciso que políticas educacionais assumam o compromisso de criar espaços reais onde essa escrita não seja apenas lida, mas sentida, vivida e reconhecida como parte essencial da história e do presente da educação brasileira.

Essa ambivalência, entre o desejo de transformação e os limites impostos pela estrutura escolar, aponta para a urgência de políticas públicas mais efetivas, como os programas de formação continuada que tratem a temática racial com a seriedade que ela exige, e de práticas pedagógicas que dialoguem diretamente com as vivências dos (as) estudantes negros (as). Afinal, só será possível romper com o racismo que ainda atravessa nossas escolas quando a educação se abrir, de fato, para as vozes, as histórias e os saberes silenciados ao longo do tempo.

5. Considerações finais

O presente estudo permitiu evidenciar a relevância do ensino da literatura afro-brasileira como instrumento de valorização da identidade negra no ambiente escolar. Por meio da análise teórica e da escuta docente, verificou-se que a inserção de obras literárias de autoria negra possibilita aos discentes não apenas o acesso a uma produção cultural marginalizada, mas também a construção de uma identidade racial fortalecida por meio do reconhecimento, da representatividade e da memória coletiva.

Os relatos analisados revelam que, embora o discurso educacional tenha avançado no reconhecimento da importância da literatura afro-brasileira, sua implementação concreta nas escolas ainda enfrenta obstáculos significativos. Professores mencionam, com frequência, a ausência de apoio institucional, bem como propostas pedagógicas antirracistas, limitadas por parte das escolas, assim como a limitação dos materiais disponíveis e a falta de formação adequada para lidar com as complexidades da temática racial em sala de aula. Esses entraves, longe de serem pontuais, indicam uma estrutura escolar que ainda resiste à construção de uma pedagogia verdadeiramente antirracista.

Apesar dos muitos desafios enfrentados, não são poucos os (as) professores (as) que, com sensibilidade e compromisso, têm encontrado caminhos possíveis dentro de seus contextos, mesmo quando marcados por limitações estruturais severas. As narrativas trazidas nesta pesquisa mostram que, mesmo frente à falta de apoio do poder público e de recursos didáticos mais aderentes, a literatura afro-brasileira tem sido incorporada como uma ferramenta potente de escuta, reconhecimento e reconstrução das subjetividades negras no ambiente escolar.

Essas experiências, ainda que, por vezes, isoladas, carregam em si uma força transformadora que precisa ser acolhida, valorizada e multiplicada. Elas apontam para uma educação viva, construída no cotidiano, que se orienta pela escuta das vozes historicamente silenciadas e pela afirmação concreta da diversidade étnico-racial que compõe o tecido das nossas escolas públicas.

Para futuras pesquisas, propõe-se aprofundar o estudo sobre as práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas por docentes que, com sensibilidade e compromisso ético, superam as limitações institucionais buscando integrar a literatura afro-brasileira de forma significativa em suas aulas, visando à sistematização de metodologias e à identificação de lacunas na formação continuada, garantido assim que a Lei nº 10.639/2003 seja efetivamente aplicada e garanta a efetivação de uma educação antirracista, consolidando o direito à representatividade e à memória histórica no processo educacional.

Assim, conclui-se que o ensino da literatura afro-brasileira no contexto escolar não deve ser concebido como conteúdo periférico, mas como constituinte fundamental de uma proposta pedagógica voltada à equidade racial, à reconstrução histórica e à formação de pessoas críticas, capazes de reconhecer e aceitar a pluralidade étnico-racial como parte integrante da construção educacional.

6. Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2018.
- ANGHINONI, Luciane Maria Nicolau. *Letramento literário: o desafio de ensinar literatura na escola*. Curitiba: Appris, 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSSON, Rildo. *O letramento literário na formação do leitor crítico*. São Paulo: Contexto, 2021.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Evaristo, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GAMA, Luiz. *Com a palavra, Luiz Gama*. Organização: Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial; Unesp, 2011.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Sandra Regina Haydu. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE. *Censo demográfico 2022: população por cor ou raça*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Original de 1960).

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Globo, 2019.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Organização: José Nascimento Moraes Filho. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2004. (Obra original de 1859).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 23. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

7. Anexo

Questões para o formulário (Pesquisa com os professores de Língua Portuguesa)

- 1- Quais motivos o levaram a escolher a profissão de professor(a) de Língua Portuguesa?
 - a- Oportunidade
 - b- Facilidade
 - c- Necessidade
 - d- Outros.
- 2- Quais desafios você enfrentou durante sua formação?
 - a- Deslocamento
 - b- Disparidade educacional
 - c- Dificuldades financeiras
 - d- Outros
- 3- Há quanto anos você é formado(a) em Letras- Português?
 - a- 5 a 10 anos
 - b- 11 a 20 anos
 - c- 20 a 30 anos
- 4- Como você se mantém atualizado(a) em relação às mudanças na área de português / literatura?
 - a- Pós-graduação
 - b- Cursos livres
 - c- Palestras
 - d- outros
- 5- A implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas é um marco histórico para a luta pela promoção da diversidade e contra o racismo estrutural. Na sua formação ela ocorreu através de:
 - a- Formação pela escola
 - b- Curso livre
 - c- Pós-graduação específica
 - d- Nenhum
 - e- Outros _____ aberto para respostas
- 6- A escola em que você leciona já implementou efetivamente (pedagogicamente) a Lei 10.639/2003?
 - a- Sim, como
 - b- Não
- 7- Como você avalia o impacto da Lei 10.639/2003 na formação dos discentes?
 - a- Importante, pois observo mudanças significativas
 - b- Não aplicamos a lei diretamente.
 - c- Não sei opinar
- 8- Quais autores e obras da literatura afro-brasileira você inclui no seu planejamento estratégico pedagógico?

- 9- Quais estratégias você utiliza para promover a valorização da identidade e representatividade da cultura negra por meio da literatura?
- 10- Como a literatura afro-brasileira contribui para uma educação antirracista nas suas aulas, quais estratégias são utilizadas?